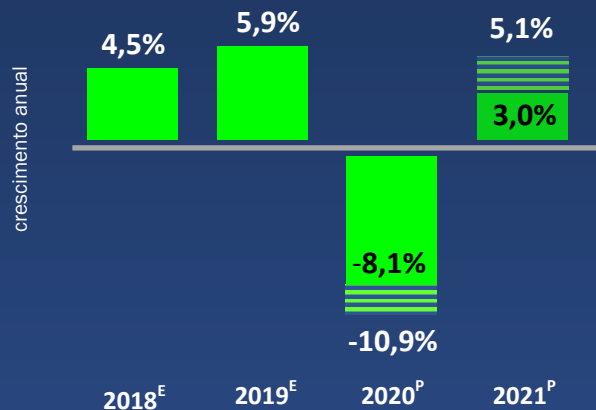
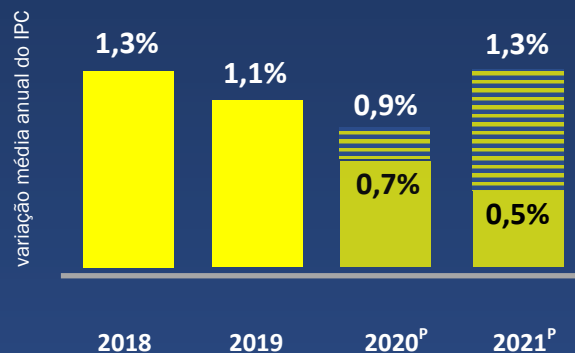


# Projeções Macroeconómicas para Cabo Verde 2020 e 2021

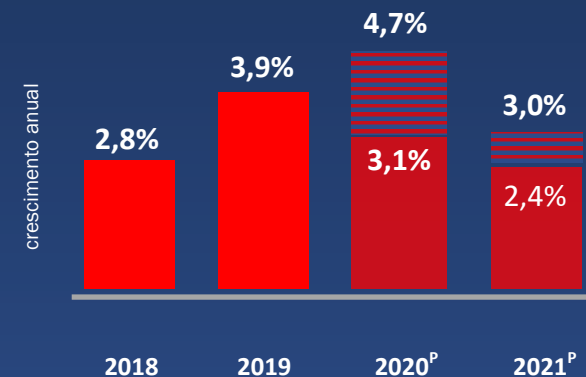
## PIB em volume



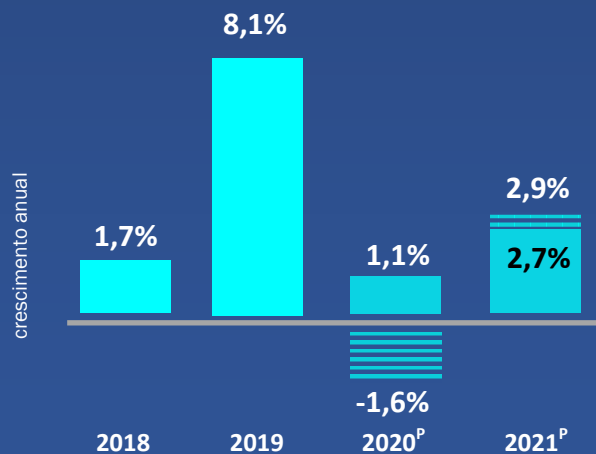
## Inflação



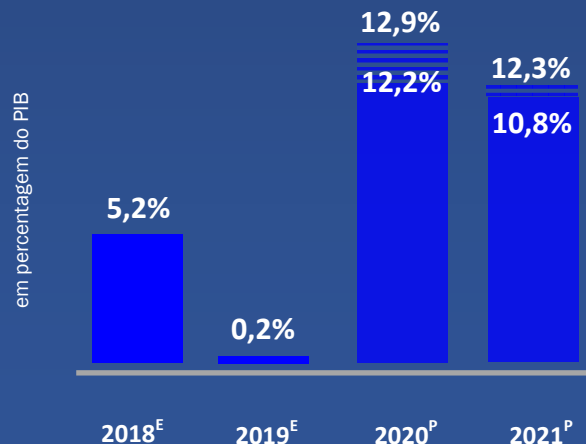
## Crédito à Economia (stock)



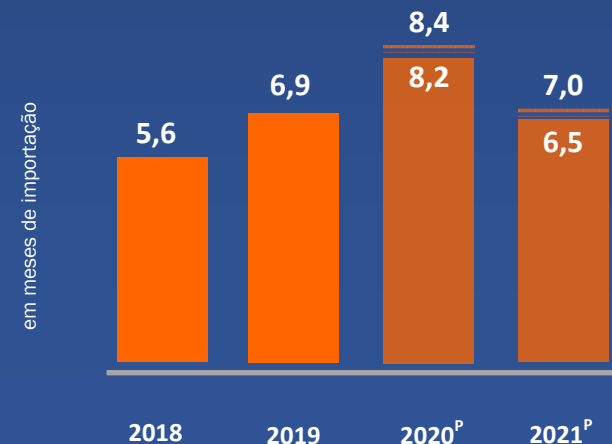
## Massa Monetária



## Défice da Balança Corrente



## Reservas Internacionais



E—Estimativas;

P—Projeções do Banco de Cabo Verde do cenário de base e do cenário adverso, que prevê a materialização de riscos na execução de medidas de mitigação do impacto da pandemia e uma retoma mais tardia e lenta do turismo.



A crise global de saúde pública marcou os desenvolvimentos macrofinanceiros do país nos últimos meses. Os esforços de contenção da propagação do novo coronavírus resultaram na contração do produto interno bruto (PIB) em volume na ordem dos 32 por cento em termos homólogos no segundo trimestre do ano, após o crescimento de cerca de 6 por cento do primeiro trimestre, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas.

A crise exacerbou, também, em larga medida, as vulnerabilidades externas e orçamentais do país. A balança corrente registou um défice de 11,4 por cento do PIB no primeiro semestre, o défice e a dívida do Estado (incluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira e a dívida contraída pelas autoridades nacionais junto ao Fundo Monetário Internacional) atingiram em agosto de 2020, respetivamente, 3,5 e 146 por cento do PIB projetado para o ano.

Refletindo, igualmente, os efeitos da pandemia na procura agregada, as pressões inflacionistas moderaram e a inflação média anual fixou-se nos 0,9 por cento em agosto.

Por seu turno, favorecido por medidas de política monetária, prudenciais e orçamentais acomodáticas, o sector monetário manteve-se líquido e o crédito ao sector privado aumentou 1,4 por cento entre dezembro de 2019 e agosto de 2020.

Considerando os desenvolvimentos macrofinanceiros recentes, as hipóteses de enquadramento externo atualizadas, a orientação contracíclica do Orçamento retificativo do Estado para 2020, os pressupostos constantes da proposta de Orçamento do Estado para 2021, bem como a orientação acomodática da política do banco central projetam-se os seguintes cenários para a evolução do PIB em 2020 e 2021:

Para 2020:

cenário de base: -8,1 por cento

cenário adverso: -10,9 por cento

Para 2021:

cenário de base: 5,1 por cento

cenário adverso: 3,0 por cento

Face aos cenários de abril, as projeções atuais, para 2020, internalizam uma deterioração mais grave do enquadramento externo, uma duração maior que antecipada das restrições à atividade económica nacional e da interdição de voos internacionais face à propagação da covid-19 no país e, consequentemente, uma retoma mais gradual da economia aos níveis pré-crise.

Para 2021, as expetativas do cenário de base sustentam-se, do lado da procura, nas perspetivas de um recobro parcial das exportações (que, entretanto, em termos nominais permanecerão aquém dos níveis de 2016) e de fortalecimento do consumo privado e investimentos público e privado, garantidos o controle da epidemia no país e no mundo a partir do segundo trimestre do próximo ano, altura em que as vacinas que, presentemente, estão em fase avançada de testes de eficácia e segurança poderão estar a ser aplicadas. Do lado da oferta, o referido cenário acomoda um importante aumento do valor acrescentado bruto da agricultura, com a produção agropecuária a ser impulsionada pela maior disponibilidade de água e pasto, bem como uma recuperação dos restantes ramos de atividade.

O cenário adverso fatoriza os efeitos: maior que os previstos, em particular na procura turística em dezembro de 2020, janeiro, fevereiro e março de 2021, da segunda vaga de contágios por SARS-CoV-2 nos mercados turísticos e da propagação do vírus no país nos atuais níveis ou em níveis superiores; os impactos, nomeadamente no mercado de trabalho e rendimento das famílias, de eventuais encerramentos de empresas sem condições de acomodar uma dilatação temporal ou um agravamento de restrições às suas atividades; os efeitos de possíveis atrasos ou adiamentos no desembolso de ajudas externas ao Estado, bem como de condicionamentos administrativos na execução dos Orçamentos do Estado de 2020 (Retificativo) e 2021; e um impacto maior que o antecipado do processo de *phasing-out* da medida de suspensão de pagamentos do serviço do crédito bancário e do regime de *layoff* simplificado na sobrevivência das empresas.

A balança corrente deverá registar uma deterioração significativa, tanto em 2020 como em 2021. Em 2020, a queda das importações e dos rendimentos de investimento expatriados, aliada ao aumento das remessas dos emigrantes, será insuficiente para compensar a expressiva contração das exportações de bens e serviços. O apoio

orçamental ao Estado de Cabo Verde deverá, contudo, financiar as necessidades da economia e atenuar a diminuição do *stock* das reservas internacionais líquidas do país. Para 2021, projeta-se uma melhoria ligeira da balança corrente, com a recuperação da procura externa e, entretanto, uma redução importante dos passivos geradores de dívida (pública, em particular). Neste quadro, o *stock* das reservas internacionais líquidas do país deverá registar uma queda de pelo menos 30 milhões de euros.

Em ambos os cenários, as reservas internacionais líquidas do país continuarão a garantir, nos dois anos, mais de seis meses das importações de bens e serviços.

Em linha com os desenvolvimentos esperados nos mercados internacionais de matérias-primas, nas contas externas e na procura e oferta agregadas, o cenário de base das projeções aponta para uma inflação média anual no intervalo 0,7 e 0,9 por cento em 2020 e 0,5 e 1,25 por cento em 2021.

No que se refere ao financiamento das empresas e famílias, o crescimento do crédito à economia deverá acelerar em 2020 (de 3,9 para 4,7 por cento) impulsionado, sobretudo, pelo impacto no *stock* de crédito das moratórias e dos empréstimos concedidos no quadro das linhas de crédito covid-19 com garantia do Estado. A dissipação dos efeitos da implementação das medidas financeiras de apoio às empresas e famílias deverá resultar num abrandamento do crescimento do crédito à economia em 2021 para cerca de 2 por cento.

As incertezas que rodeiam o processo de recuperação da economia nacional, do pior choque sofrido desde a independência, demandam um reiterado esforço de acomodação monetária pelo banco central. Neste contexto, garantidas a estabilidade de preços e pressões na balança de pagamentos comportáveis para a credibilidade do regime cambial, o Banco de Cabo Verde mantém inalterada a sua política acomodática.